

CARTOGRAFIA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA EM TORNO DOS ARQUIVOS COMUNITÁRIOS: ANÁLISE NAS BASES DE DADOS EM ARQUIVOLOGIA E EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A survey of Brazilian scholarly production on community archives: an analysis of databases in Archival Science and Information Science

Ana Cláudia Cruz Córdula ¹ 

Carla Maria de Almeida ² 

Gabriela Borba de Araújo Lima ³ 

RESUMO

Este trabalho apresenta uma revisão de escopo acerca da produção científica sobre arquivos comunitários no Brasil, a partir de pesquisas indexadas nas seguintes bases de dados: Base de Dados em Arquivística (BDA); Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI); Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); e Pesquisas Arquivísticas Brasileiras (PAB). Fundamentado nas perspectivas críticas e decoloniais da Arquivologia, o estudo compreende os arquivos comunitários como espaços de resistência, memória, justiça social e autorrepresentação de grupos historicamente marginalizados. Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa e quantitativa, de natureza exploratória, descritiva e bibliográfica, utilizando a Análise de Conteúdo de Bardin para categorização temática das produções levantadas. Os resultados evidenciam que o tema constitui um campo emergente, com crescimento das pesquisas a partir de 2022, o que revela o fortalecimento de abordagens voltadas à memória social, à justiça epistêmica, à decolonialidade e à participação comunitária. Observou-se, ainda, o surgimento de debates relacionados às tecnologias digitais, à curadoria algorítmica e à preservação digital, além da constituição de redes

¹ Professora vinculada ao Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFPB). E-mail: accordula@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9316211149718874>

² Professora vinculada ao Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: carlaa_almeida@hotmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3022112067905433>

³ Discente do Curso de Graduação em Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: gabiborbba@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9828294142198485>



colaborativas de pesquisadores nos campos da Ciência da Informação e da Arquivologia. Conclui-se que os arquivos comunitários vêm assumindo um papel importante nos debates arquivísticos contemporâneos, contribuindo para a construção de uma Arquivologia mais plural, crítica, participativa e comprometida com a democratização da memória e da informação.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivos comunitários. Arquivologia decolonial. Memória social. Justiça social.

ABSTRACT

This paper presents a scoping review of the scientific literature on community archives in Brazil, based on research indexed in the following databases: *Base de Dados em Arquivística* (BDA); *Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação* (BRAPCI); Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); and *Pesquisas Arquivísticas Brasileiras* (PAB). Grounded in the critical and decolonial perspectives of Archival Science, the study conceives of community archives as spaces of resistance, memory, social justice, and self-representation for historically marginalized groups. Methodologically, the research is characterized as qualitative and quantitative, exploratory, descriptive, and bibliographic in nature, utilizing Bardin's Content Analysis to thematically categorize the identified works. The results show that this topic constitutes an emerging field, with research activity increasing starting in 2022, revealing a growing emphasis on approaches focused on social memory, epistemic justice, decoloniality, and community participation. We also observed the emergence of debates on digital technologies, algorithmic curation, and digital preservation, as well as the formation of collaborative networks of researchers in Information Science and Archival Science. It can be concluded that community archives have been playing an important role in contemporary archival debates, contributing to the development of a more pluralistic, critical, and participatory archival science committed to the democratization of memory and information.

KEYWORDS: Community archives. Decolonial Archival Science. Social memory. Social justice.

1 INTRODUÇÃO

Desde a promulgação do Decreto nº 12.599, de 28 de agosto de 2025, que altera o Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, regulamentador da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, em que foi inserido o termo “arquivos comunitários” no texto, o tema tem sido motivo de debates entre instâncias políticas, academia e meios de comunicação da área. Inclusive, tornou-se tema do sexto eixo da 2ª Conferência Nacional de Arquivos (2ª CNArq), intitulado “Arquivos Privados e Comunitários, Pluralidade da Memória e



Interesse Público e Social”, além de ser mencionado em propostas aprovadas nos eixos 1 – Marco legal, governança arquivística e perspectivas para uma política nacional de arquivos e 4 – Acesso, transparência, inclusão e promoção da cidadania⁴.

O tema também tem estado presente em eventos acadêmicos, como o *Encontro de Arquivo, Cultura e Justiça Social*, realizado anualmente na Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), que, em 2026, chega à sua terceira edição. Nesse evento, foi criada a Rede Latino-Americana de Pesquisadores em Arquivos Comunitários, Identidade e Justiça Social, outra iniciativa voltada ao avanço científico da temática.

Buscando compreender o tema no cenário da produção científica, ropomos-nos a analisar como se configura o panorama dos estudos sobre arquivos comunitários no Brasil. Destacamos que optamos pela adoção dos termos “arquivo comunitário” e “arquivos comunitários”, compreendendo-os como conceitos ainda em construção e amadurecimento no campo. Todavia, estudos que abordam a relação entre arquivos e movimentos sociais, ou que tratam dos arquivos como espaços de promoção da justiça social, mas que empregam terminologias distintas, não foram considerados nesta pesquisa.

Tal delimitação justifica-se pelo interesse em investigar especificamente as produções que se inserem na categoria de arquivos comunitários, entendendo-a como objeto de discussão contemporâneo, em processo de consolidação no campo arquivístico brasileiro. Dito isso, esclarecemos que nossa busca teve como objetivo compreender o que efetivamente vem sendo produzido em torno dessa temática, tomando como universo de pesquisa as principais bases de dados brasileiras das áreas de Arquivologia e Ciência da Informação.

Tenaglia (2023) relata que as pesquisas voltadas aos arquivos e aos patrimônios comunitários têm se expandido nos últimos anos em diferentes regiões do mundo. Esse crescimento pode ser percebido tanto em países de língua inglesa, como Reino Unido e Estados Unidos, quanto em países da América do Sul, entre eles Brasil, Colômbia e Chile.

⁴ As propostas indicadas para os eixos podem ser visualizadas no resultado da plenária final da 2ª CNArq, que aconteceu no dia 28 de maio de 2026. Disponível em: <https://www.2cnarquivos.org/post/resultados-plen%C3%A1ria-final-da-2%C2%AA-cnarq>.



O projeto de extensão intitulado “Observatório de Arquivos Comunitários: em busca de especificidades”, realizado na Universidade Federal da Paraíba, identificou 516 artigos nos periódicos *The American Archivist*, *Archivaria* e *Archival Science*, a partir do descritor “*Community Archives*”. A busca foi realizada com recorte temporal de 1975 a 2024. A maioria das publicações foi realizada em países como o Canadá, os Estados Unidos e o Reino Unido.

A partir desse cenário internacional, a presente pesquisa realizou uma revisão de escopo, mapeando e compreendendo o panorama da produção no Brasil. Para isso, foram consultadas as seguintes bases de dados: Pesquisas Arquivísticas Brasileiras (PAB); Base de Dados em Arquivística (BDA); Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI); e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Entendemos que essa temática está em ascensão, a partir de um movimento ancorado na Arquivologia Crítica. Conforme Flinn (2007), os arquivos comunitários são expressões documentais resultantes das atividades de registro e preservação do patrimônio cultural realizadas pelas próprias comunidades, responsáveis pela produção, controle e organização desses documentos enquanto artefatos de memória, constituindo um caminho para dar voz à comunidade, combater o esquecimento e fazer ecoar narrativas não contempladas pelas instituições oficiais.

Nesse sentido, os arquivos comunitários podem ser definidos como conjuntos documentais criados, acumulados, descritos e preservados por indivíduos ou grupos comunitários com o objetivo de registrar e proteger seu patrimônio cultural, a partir de experiências, identidades e interesses compartilhados (Gilliland; Flinn, 2013).

Logo, ao discutirmos o cenário científico dessa temática, contribuímos para a ampliação dos estudos, da visibilidade e da força desse movimento, necessário à memória dessas comunidades e, sobretudo, à memória da própria nação, constituindo um caminho para a promoção da justiça social e epistêmica.

2 ARQUIVOS COMUNITÁRIOS COMO FERRAMENTAS DECOLONIAIS

Os estudos denominados pós-coloniais e decoloniais configuram-se como perspectivas que ultrapassam as fronteiras teóricas de compreensão da realidade. Esses estudos, que também



constituem uma postura política, ao assumirem uma visão crítica dos cânones, questionam o poder eurocêntrico nos campos da ciência e do discurso histórico.

No seio das discussões decoloniais da América Latina, Aníbal Quijano (2005) elabora o conceito de colonialidade do poder. Para o autor, a colonialidade do poder consiste na permanência das estruturas de dominação criadas durante o colonialismo europeu nos países latino-americanos, especialmente na imposição de uma hierarquia racial global estruturada pelo sistema escravocrata, que resultou em desigualdades sociais.

De acordo com Aníbal Quijano (2005), a colonialidade não é apenas um legado histórico, mas um padrão de poder que se atualiza continuamente por meio de instituições, saberes e práticas sociais, reforçando desigualdades de raça, classe, gênero e território. Nesse sentido, o autor também desdobra o conceito de colonialidade para a dimensão do saber.

A colonialidade é, portanto, entendida como um fenômeno amplo, que “[...] atravessa o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e subjetividade/intersubjetividade, e atravessa também a produção de conhecimento a partir do próprio interior dessas relações intersubjetivas” (Lugones, 2020, p. 57). Ainda nesse aspecto, localizamos a colonialidade da memória que, alinhada a essa lógica, organiza e determina o que merece ser lembrado, preservado e considerado na construção identitária dos grupos sociais.

O projeto de transformação civilizatória justificou a colonização da memória, e, junto dela, a do entendimento das pessoas sobre si mesmas, sobre suas relações intersubjetivas, suas relações com o mundo espiritual, com a terra, com a matéria da sua concepção sobre a realidade, a identidade, e a organização social, ecológica e cosmológica (Lugones, 2019, p. 361).

Nesse contexto, Walter Mignolo (2003, 2008) apresenta a ideia de pensamento fronteiroço como uma alternativa crítica aos modos hegemônicos de produção do conhecimento oriundos da modernidade ocidental. Esse pensamento emerge nos limites e interstícios entre as epistemologias coloniais e os saberes subalternizados, ou seja, nas vivências concretas de sujeitos e coletividades que habitam as margens dos sistemas de poder, como povos indígenas, afrodescendentes, populações imigrantes e outras comunidades historicamente marginalizadas. Para o autor, o pensamento fronteiroço não constitui um saber marginal ou inferior, mas um conhecimento produzido a partir da exterioridade da modernidade, enraizado em experiências de opressão e



resistência. Assim, propõe uma ruptura com o “monolinguismo epistêmico do Ocidente”, atribuindo centralidade à diversidade de formas de saber, viver e lembrar.

No campo arquivístico, a perspectiva decolonial compreende os arquivos como espaços de poder, situados entre a opressão (esquecimento) e a resistência (lembrança). Em seus estudos, Alencar (2022) evidencia como a Arquivologia tradicional foi historicamente moldada por lógicas coloniais/eurocêntricas e excludentes, que determinaram quais memórias seriam legitimadas e quais seriam silenciadas.

A autora contribui com a ideia de que os arquivos podem e devem ser concebidos como práticas insurgentes, voltadas à autodeterminação informacional e ao direito à memória de populações historicamente marginalizadas. Em sua leitura, os arquivos comunitários tornam-se centrais para a luta por justiça social e reparação histórica, justamente por romperem com as formas hegemônicas de registro, de custódia e de acesso à informação.

No contexto dos arquivos comunitários, o pensamento fronteiriço oferece uma base teórica para compreender essas práticas como formas insurgentes de conhecimento. Ao serem organizados por sujeitos em posição de fronteira, fora das instituições oficiais e das normas arquivísticas hegemônicas, esses arquivos encarnam uma *episteme* fronteiriça. Neles, a memória é produzida não apenas como registro, mas também como afirmação de existência e de resistência frente ao apagamento imposto por lógicas coloniais, racistas e classistas (Alencar, 2022).

De acordo com Oliveira (2023), a expressão “arquivos comunitários” consolidou-se ao longo do século XX como denominação destinada à identificação de conjuntos arquivísticos não tradicionais, vinculados a grupos sociais historicamente invisibilizados ou pouco reconhecidos pelas instituições arquivísticas tradicionais.

Portanto, os arquivos comunitários configuram-se como espaços destinados a documentar a própria comunidade, atuando como repositórios de memória autônomos. Essa noção conflui com a problematização sobre o papel dos arquivos na representação da sociedade como um todo, uma vez que, na prática, os arquivos formais frequentemente não incluem as vozes das populações marginalizadas. E, quando essas vozes são incorporadas, raramente lhes é permitido falar por meio de seus próprios documentos.



Dito isso, os arquivos comunitários carregam histórias de lugares, movimentos e grupos que, muitas vezes, são silenciados ou esquecidos pela sociedade. Por meio de seus documentos, buscam reverter essa situação, inserindo-se socialmente e trazendo questionamentos e visibilidade às vozes minorizadas pelo Estado. Conforme Silva (2025, p. 59): “As comunidades passaram a questionar sua ausência nos arquivos formais e a reconhecer a urgência de preservar suas próprias histórias, pautadas em critérios próprios.”

Diante da necessidade de narrar suas próprias histórias, os arquivos comunitários surgem como um dos meios adotados por essa parcela da sociedade para disseminar suas lutas e conquistas, promovendo a compreensão e o reconhecimento social, tendo a autonomia e a independência como elementos centrais da identidade desses arquivos (Gilliland; Flinn, 2013).

A preservação cultural e, sobretudo, a democratização das histórias por meio dos arquivos constituem um ponto levantado por Flinn (2007), ao defender que o processo de democratização do arquivo visa reconhecer os arquivos comunitários como parte fundamental de um projeto voltado à ampliação da representatividade da herança arquivística da sociedade. A relevância desses arquivos ultrapassa a própria comunidade que os constitui, pois as histórias ali preservadas se entrelaçam com a história da sociedade. Embora essas coleções não pertençam automaticamente a toda a sociedade, uma vez que permanecem sob a guarda e a propriedade das comunidades que as criaram, suas narrativas dizem respeito à sociedade como um todo, pois também a integram (Flinn, 2007).

Assim, os arquivos podem ser considerados tanto como espaços de memória quanto como espaços de transformação social. Ao promoverem a autonomia e o empoderamento das comunidades por meio do gerenciamento de suas próprias informações e da democratização do acesso ao conhecimento, os arquivos comunitários contribuem para a reparação histórica e para a efetivação da justiça social, ao mesmo tempo em que ampliam o olhar da área sobre diferentes práticas documentais (Andaur Gómez, 2015).

Nessa mesma linha de pensamento, Caswell (2014, 2019) argumenta que os arquivos comunitários são instrumentos de empoderamento e justiça social, pois possibilitam às comunidades marginalizadas o controle sobre suas narrativas e memórias. A autora defende a ideia



de que esses arquivos não apenas preservam o passado, mas também atuam no presente como ferramentas de transformação social.

Destarte, consideramos que os arquivos comunitários desempenham uma função fundamental nos processos de justiça social e de reparação histórica. Esses arquivos são considerados, aqui, como ferramentas decoloniais, pois rompem tanto com concepções cristalizadas do campo da Arquivologia quanto, principalmente, subvertem a memória oficial, promovendo memórias plurais.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa e quantitativa. Caracteriza-se como exploratória, descritiva e bibliográfica, com revisão de escopo, tendo como fontes primárias artigos científicos disponíveis em bases de dados dos campos da Arquivologia e da Ciência da Informação no Brasil, além da BDTD. Foram analisadas produções científicas sobre Arquivos Comunitários em quatro bases de dados: PAB; BDA; BRAPCI; e BDTD.

Realizamos a busca com os descritores “Arquivos Comunitários” e, em sua forma singular, “Arquivo Comunitário”, entre os meses de janeiro e fevereiro de 2026, utilizando como recorte temporal as publicações disponíveis até 2025 em cada base. Após a recuperação dos documentos, procedemos à verificação dos textos. Nas bases de dados BDA, BDTD e BRAPCI, traçamos o seguinte percurso metodológico: em um primeiro momento, realizamos a leitura de todas as publicações recuperadas. Essa etapa teve como objetivo identificar os documentos que efetivamente abordassem a temática de interesse, excluindo os que não atendiam aos critérios da pesquisa.

A análise dos dados foi pautada no método de Análise de Conteúdo proposto por Laurence Bardin (2011). Esse método, por sua flexibilidade e rigor, permitiu a exploração sistemática do material textual em três etapas. Na primeira etapa, denominada “Pré-análise”, realizamos uma leitura flutuante dos títulos, das palavras-chave e dos resumos selecionados. O objetivo foi estabelecer um contato inicial com o material, identificar as principais temáticas presentes nos trabalhos e desenvolver indicadores que orientassem as análises posteriores.



Em seguida, executamos a etapa “Exploração do material”, na qual os dados foram organizados e sistematizados. A partir da leitura aprofundada dos resumos, títulos e palavras-chave, identificamos e categorizamos as principais temáticas, abordagens teóricas e contextos de estudos empregados nas publicações. Essa etapa envolveu a codificação dos dados, seu agrupamento com base em aspectos semelhantes e, a partir disso, a atribuição de categorias temáticas.

Assim, as categorias foram elaboradas de forma indutiva, emergindo do próprio *corpus* documental analisado, e não de uma estrutura classificatória previamente definida. Após a identificação dos temas recorrentes, estabelecemos definições operacionais para cada categoria, o que proporcionou maior clareza na delimitação de seus conteúdos e na classificação dos trabalhos.

A inclusão das pesquisas em cada categoria temática baseou-se na presença explícita de elementos temáticos identificados. Consideramos aspectos como o objetivo da pesquisa, o fenômeno investigado, os sujeitos ou as comunidades abordadas, as práticas arquivísticas descritas e os conceitos centrais mobilizados pelos autores. Em razão da natureza multifacetada dos arquivos comunitários, um mesmo artigo pôde ser classificado em mais de uma categoria quando apresentava aderência aos critérios estabelecidos para diferentes agrupamentos temáticos.

As categorias foram construídas a partir de evidências textuais presentes nos próprios registros analisados, evitando inferências que extrapolassem as informações disponibilizadas pelos autores. O processo também envolveu sucessivas leituras e revisões das classificações realizadas, com o objetivo de verificar a coerência dos enquadramentos e a consistência dos critérios adotados.

Por fim, passamos à fase de “Tratamento dos resultados, inferência e interpretação”, na qual os dados codificados foram quantificados e submetidos a uma análise qualitativa, a fim de identificar padrões, tendências e relações. A interpretação buscou ir além da mera descrição: a partir da incidência dos termos agrupados, procurou-se inferir os significados implícitos e explícitos dos conteúdos analisados, estabelecendo conexões com o referencial teórico da área e com as problemáticas da pesquisa. Os dados quantitativos foram organizados e representados em gráficos elaborados com o auxílio da Inteligência Artificial *OpenAI ChatGPT*, enquanto os qualitativos foram apresentados em um quadro e em nuvens de *tags*, que, por sua vez, foram produzidas com a ferramenta *WordArt.com*.



Com os dados levantados na PAB, devido à configuração do material recuperado e dos projetos de pesquisa, optamos por inserir a síntese de cada projeto, sem aplicar a categorização de Bardin (2011).

Essa abordagem metodológica permitiu uma compreensão abrangente das publicações sobre arquivos comunitários nas bases de dados do campo, evidenciando não apenas a quantidade da produção acadêmica, mas também as nuances e as diferentes perspectivas pelas quais o tema tem sido abordado.

Ressalta-se que a presente pesquisa abrange a totalidade dos trabalhos identificados nas bases de dados consultadas no período de realização do levantamento bibliográfico. Contudo, os resultados obtidos estão diretamente condicionados ao nível de atualização, cobertura e indexação dessas bases no momento da coleta.

4 PANORAMA DAS PESQUISAS EM TORNO DOS ARQUIVOS COMUNITÁRIOS NO BRASIL: ANÁLISE E DISCUSSÃO

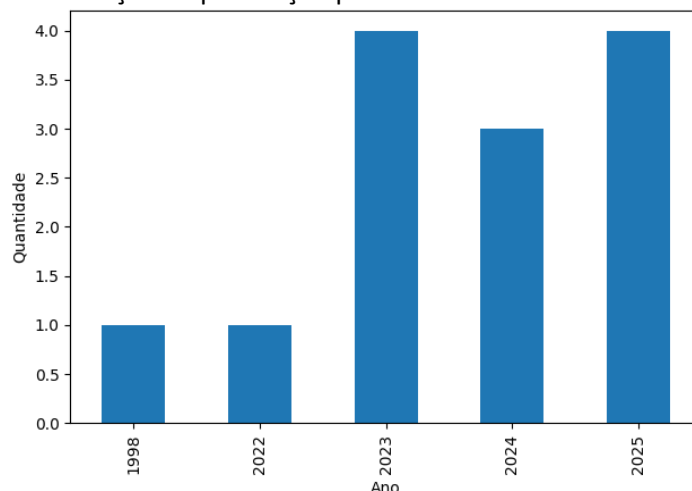
Esta seção apresenta os resultados e as análises dos dados coletados ao longo desta pesquisa, refletindo sobre a produção identificada em cada base de dados, em subtópicos, conforme indicado a seguir.

4.1 Base de Dados em Arquivística (BDA)

A primeira base de dados analisada foi a BDA. Nela, identificamos treze publicações, distribuídas entre eventos científicos e periódicos, com produção concentrada principalmente entre 2022 e 2025, o que indica um crescimento recente dos estudos sobre arquivos comunitários na Arquivologia brasileira.

Com relação à distribuição por ano, apresentamos esse panorama no Gráfico 1:

Gráfico 1 – Distribuição de publicação por ano na Base de Dados em Arquivística



Fonte: elaborado pelas autoras (2026).

Considerando a percepção de que a discussão sobre o tema é recente no Brasil, chama-nos a atenção a existência de um trabalho publicado em 1998. Após essa data, os artigos identificados passam a aparecer a partir de 2022, com maior concentração em 2023 e 2024.

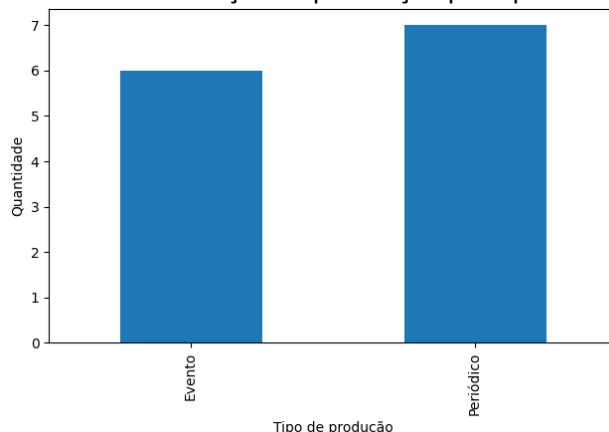
O trabalho datado de 1998, intitulado “Arquivo da STUDART: espaço de produção artesanal na Paraíba”, teve como autores José Mariano Neto, Vaneide Delmiro Neves, Maria Meriane Vieira Ponce Leon, Gilson Florêncio da Rocha e Geane de Luna Souto. Foi fruto do *XII Congresso Brasileiro de Arquivologia*, evento organizado pela Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), em outubro de 1998, na cidade de João Pessoa (PB). Trata-se de um resumo indexado no caderno de resumos do referido evento, relativo à organização do arquivo da Subcoordenação de Desenvolvimento do Artesanato (STUDART), sob a guarda do Núcleo de Pesquisa e Documentação da Cultura Popular (NUPPO), da Universidade Federal da Paraíba (UFPA).

O trabalho apresenta reflexões sobre a conservação e a recuperação dos documentos desse acervo. Observamos que, em sua realização, os pesquisadores preocuparam-se em contribuir para a organização e manutenção do arquivo, atuando na higienização, na elaboração do quadro de arranjo e de um inventário. Em resumo, os autores destacam que o arquivo da STUDART constitui uma fonte de pesquisa sobre a produção artesanal na Paraíba e que a documentação evidencia essa trajetória. Diante desse contexto, percebemos, nessa intervenção, o arquivista enquanto mediador,

facilitando o acesso e o uso de uma documentação produzida coletivamente pelos artesãos da Paraíba.

Quanto ao tipo de produção científica, notamos que a distribuição se divide em sete publicações em periódicos científicos e seis em eventos científicos, conforme apresentado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Distribuição de publicação por tipo na BDA



Fonte: elaborado pelas autoras (2026).

A distribuição relativamente equilibrada demonstra dois aspectos. O primeiro deles está relacionado aos eventos científicos: o *X Congresso Nacional de Arquivologia* (CNA), a *VII Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia* (REPARQ), o *XXIII Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias* (SNBU), o *XVII Encontro Catarinense de Arquivos* (ECA) e o *XII Congresso Brasileiro de Arquivologia*, entendidos como espaços de debates emergentes, que promovem a circulação e a discussão de pesquisas em andamento.

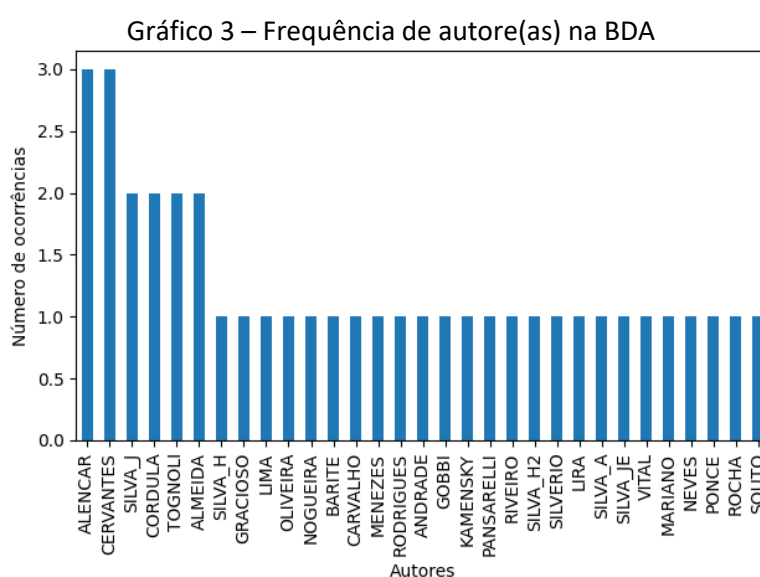
No caso da VII REPARQ, o evento resultou na publicação do livro *Arquivos, Democracia e Justiça Social*, organizado por Mariana Lousada Pinha, Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano e Paulo Roberto Elian dos Santos, em 2023. Nessa obra, a busca na BDA viabilizou a recuperação do capítulo intitulado “Direito à memória: o arquivo comunitário Dona Orozina Vieira”, de autoria de Thamires Ribeiro de Oliveira e Ana Luce Girão Soares de Lima. O trabalho integra uma pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde (PPGPAT/Fiocruz), com o objetivo de elaborar um instrumento de

pesquisa para difundir, preservar e garantir o acesso ao Arquivo Dona Orozina Vieira (ADOV), pertencente ao Museu da Maré, no Rio de Janeiro (RJ).

Já o *XVII Encontro Catarinense de Arquivos (ECA)* resultou na publicação do livro digital intitulado *Gestão de documentos e responsabilidade social: práticas, desafios e inovações*, organizado por Camila Schwinden Lehmkuhl, Giselle Viana Tiburcio, Janaína Zilda Vigano, Luiza Morgana Klueger, Marcos Rodolfo da Silva e Suéllem Chrystina Leal da Silva, e publicado em 2015. Nesse livro, recuperamos, para o contexto deste artigo, o capítulo “Memórias silenciadas e arquivos empoderados: breves discussões”, de autoria de Jônatas Edison da Silva, André Luiz Avelino da Silva e Edna Karina da Silva Lira, que apresenta um levantamento bibliográfico na BRAPCI com o objetivo de identificar iniciativas práticas desenvolvidas em arquivos e centros de documentação que evidenciam arquivos comunitários e projetos colaborativos como instrumentos de promoção da justiça social dos grupos aos quais pertencem.

Quanto aos periódicos, verificamos, majoritariamente, que todas as publicações levantadas foram em revistas com atribuição de Qualis A: *Revista Ibero-americana de Ciência da Informação (RICI)*, *Revista Ciência da Informação*, *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*, *Encontros Bibli*, *Em Questão*, *Revista Memorare* e *Revista do Arquivo Nacional – ACERVO*.

Sobre a frequência de autoria no contexto da BDA, identificamos alguns núcleos de pesquisadores recorrentes, conforme ilustrado no Gráfico 3:



Fonte: elaborado pelas autoras (2026).

A respeito da autoria em dois trabalhos, observamos duas frentes de produção acadêmica. A primeira, de cunho mais teórico, composta por trabalhos posicionados a partir de uma arquivística decolonial e crítica, que refletem sobre o pluralismo arquivístico. Nesse âmbito, destacam-se as autoras Maíra Fernandes Alencar, Brígida Maria Nogueira Cervantes e Natália Bolfarini Tognoli.

A segunda frente, composta por autores como Ana Cláudia Cruz Córdula, Carla Maria de Almeida e Jefferson Higino da Silva, apresenta pesquisas de cunho empírico, desenvolvidas em arquivos comunitários, portanto, voltadas à prática e às experiências comunitárias.

Com relação às palavras-chave, a Figura 1 apresenta uma nuvem de *tags* que reúne os termos referenciados nos estudos levantados na BDA.

Figura 1 – Nuvem de *tags* com palavras-chave presentes nas publicações na BDA



Fonte: elaborado pelas autoras (2026).

A nuvem de palavras evidencia os principais temas que permeiam os trabalhos analisados. O termo de maior destaque é “Arquivos Comunitários”, o que indica sua maior incidência quantitativa e revela o conceito como núcleo das discussões. Também se destacam “Memória Social”, “Patrimônio Cultural” e “Arquivologia”, sugerindo que os arquivos comunitários têm sido objeto de debates no campo arquivístico, no âmbito da memória e do patrimônio documental.

A presença dos termos “Arquivística Decolonial”, “Estudos Arquivísticos Críticos”, “Pluralismo Arquivístico” e “Inovação Decolonial” demonstra as perspectivas críticas e decoloniais



no campo da Arquivologia. Essas abordagens questionam modelos tradicionais e eurocentrados, cuja perspectiva teórica defende práticas arquivísticas mais inclusivas e plurais.

Sobressaem-se, ainda, termos relacionados às dimensões políticas e éticas dos arquivos, como “Globalização Solidária”, “Direitos Humanos”, “Justiça Epistêmica”, “Grupos Sociais Marginalizados” e “Memórias Silenciadas”. Isso revela o caráter político do tema, no qual os arquivos comunitários são vistos como espaços de resistência e de democratização da memória.

Outro aspecto observado na nuvem é a presença de palavras associadas às tecnologias digitais, como “Preservação Digital”, “Curadoria Algorítmica”, “Governança de Plataformas” e “Repositórios Digitais”. Esses termos indicam que os debates vêm incorporando reflexões sobre os impactos das tecnologias digitais, aspecto que corrobora a literatura ao afirmar que tais tecnologias constituem ferramentas favoráveis à publicização de arquivos digitais.

Destacam-se também expressões como “Análise de Domínio”, “Comunidades Discursivas” e “Domínio Editorial”, voltadas à compreensão de como o conhecimento arquivístico é produzido, estruturado e difundido no cenário acadêmico.

Após analisarmos as palavras-chave, procedemos à categorização a partir da perspectiva de Laurence Bardin (2011). Ao analisarmos a produção levantada, determinamos nove categorias, entre elas: “Memória Social e Patrimônio Documental”; “Arquivo Pessoal”; “Associação Comunitária”; “Globalização Solidária”; “Dimensão Política e Ativismo Social”; “Comunidade Discursiva, Estudos Críticos e Decolonialidade”; “Justiça Social”; “Memória e Tecnologia”; e “Representação e Resistência”.

A categoria “Memória Social e Patrimônio Documental” aparece com maior recorrência, permeando seis pesquisas, quase 50% do levantamento, o que demonstra que os trabalhos convergem para a compreensão dos arquivos comunitários como dispositivos de preservação das experiências coletivas e das narrativas historicamente marginalizadas. Essa predominância evidencia que a memória não é tratada apenas como lembrança, mas também como elemento constitutivo das identidades sociais e do patrimônio cultural das comunidades.

Já a categoria “Justiça Social” aparece em três pesquisas, indicando que esses arquivos ultrapassam funções técnicas de guarda documental, atuando como instrumentos de reivindicação,



de visibilidade e de enfrentamento das desigualdades sociais, emergindo como espaços de luta e de defesa de direitos.

A categoria “Memória e Tecnologia” está presente em duas pesquisas, o que demonstra a incorporação de tecnologias digitais nos processos de preservação, acesso e difusão da memória social. Isso indica uma preocupação com a democratização da informação e com novas possibilidades de mediação da memória por meio de ambientes digitais, mais acessíveis a diferentes grupos.

As demais categorias aparecem em apenas uma das treze pesquisas analisadas. A categoria “Comunidade Discursiva, Estudos Críticos e Decolonialidade” revela um deslocamento epistemológico importante, no qual os arquivos comunitários são analisados a partir de perspectivas críticas ao colonialismo, à hegemonia institucional e às formas tradicionais de produção do conhecimento. As categorias “Representação e Resistência” e “Associação Comunitária” apontam o vínculo entre os arquivos e as comunidades, indicando que essas não tratam de qualquer comunidade, mas, sim, pertencem a grupos historicamente marginalizados. Os arquivos aparecem como mecanismos de autorrepresentação coletiva, permitindo que esses grupos produzam suas próprias narrativas e preservem suas trajetórias.

A categoria “Globalização Solidária” envolve trabalhos que compreendem os arquivos comunitários como constituintes de práticas colaborativas, redes de solidariedade e alternativas contra-hegemônicas à lógica global dominante. Essa categoria sugere uma compreensão dos arquivos como espaços de articulação social e de produção de cidadania. Já a “Dimensão Política e Ativismo Social” evidencia o arquivo como um espaço de disputa de narrativas e de defesa de direitos. Por fim, a categoria “Arquivo Pessoal” revela a incorporação de arquivos pessoais à constituição dos arquivos comunitários.

As categorias levantadas revelam que os arquivos comunitários vêm sendo concebidos como espaços vivos de memória, identidade, resistência, participação política e transformação social. No entanto, vale destacar a existência de lacunas tanto nas palavras-chave, quanto nas categorias, no que se refere à compreensão das técnicas e metodologias adotadas por esses grupos no gerenciamento de seus acervos e na construção de modelos próprios de organização da informação.



4.2 Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI)

Ao realizarmos as buscas na BRAPCI, obtivemos um total de dez artigos; dos quais três não estavam relacionados à temática em tela e foram descartados da análise, restando sete artigos. Como estamos trabalhando com bases de dados que indexam pesquisas publicadas em periódicos, percebemos que, das sete pesquisas, seis já haviam sido analisadas na BDA, restando apenas uma pesquisa para análise nesta seção, intitulada “Arquivos para quem?: a inclusão dos arquivos comunitários na regulamentação da Lei de Arquivos do Brasil”, de autoria de Kíssila Rangel, publicada no periódico *Páginas a&b*, em 2025.

O texto discute a inclusão dos arquivos comunitários no Decreto nº 12.599, de 28 de agosto de 2025, que altera o Decreto nº 4.073/2002, regulamentador da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, evidenciando criticamente os impactos sociopolíticos e epistemológicos dessa mudança no campo da Arquivologia e nas comunidades historicamente sub-representadas nos arquivos oficiais. O estudo argumenta que essa inclusão representa um avanço importante, pois reconhece juridicamente os arquivos produzidos por comunidades, movimentos sociais e grupos marginalizados, ampliando a compreensão tradicional sobre quem pode produzir arquivos e quais memórias são legitimadas pelo Estado. Assim, os arquivos comunitários passam a ser entendidos como espaços de preservação da memória coletiva, de representação social, de resistência e de luta por direitos.

Ao mesmo tempo, o artigo aponta que esse reconhecimento legal não elimina problemas estruturais, como a ausência de financiamento, de políticas públicas específicas e de formação profissional adequada para atuar junto às comunidades. Também alerta para o risco de que a aproximação com o Estado gere novas formas de controle, cooptação ou exclusão técnica.

Kíssila Rangel (2025) sinaliza uma transformação na Arquivologia: de uma visão centrada apenas no Estado e na administração pública para uma perspectiva mais plural, social e decolonial, que valoriza diferentes experiências, saberes e formas de organização dos documentos.

A autora conclui que as demandas pautadas pelos arquivos comunitários exigirão transformações no fazer arquivístico, a partir de uma prática colaborativa e comprometida com a



autonomia das comunidades, bem como mudanças no perfil profissional, que assumirá um caráter mais crítico.

A referida pesquisa enquadra-se principalmente nas seguintes categorias temáticas: “Memória Social e Patrimônio Documental”; “Dimensão Política e Ativismo Social”; “Comunidade Discursiva, Estudos Críticos e Decolonialidade”; e “Representação e Resistência”. Na perspectiva da “Memória Social e Patrimônio Documental”, o artigo discute os arquivos comunitários como espaços de preservação da memória coletiva e de reconhecimento de patrimônios documentais de grupos historicamente marginalizados. Já no contexto da categoria “Dimensão Política e Ativismo Social”, observamos que a pesquisa compreende os arquivos comunitários como instrumentos políticos de reivindicação, luta por direitos, participação social e enfrentamento das exclusões promovidas pelos arquivos tradicionais, tratando, inclusive, o tema no cenário da política e da legislação da área. O texto adota ainda uma perspectiva crítica e decolonial ao questionar o monopólio estatal sobre a produção da memória e ao defender a valorização de saberes e narrativas comunitárias, o que coaduna com a categoria dos estudos críticos e decoloniais. Por fim, enquadra-se também na categoria “Representação e Resistência”, pois evidencia os arquivos comunitários como formas de resistência aos silenciamentos históricos e como mecanismos de autorrepresentação de grupos subalternizados.

4.3 Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)

Na BDTD, recuperamos seis trabalhos, entre teses e dissertações, o que nos permitiu identificar tendências qualitativas relevantes no campo dos arquivos comunitários e da Arquivologia contemporânea, evidenciando um movimento recente e em expansão, com distribuição temporal concentrada nos últimos anos, com registros entre 2020 e 2025.

Do ponto de vista quantitativo, observamos, inicialmente, predominância de pesquisas de doutorado, conforme apresentado no Quadro 1. Dos seis trabalhos analisados, quatro correspondem a teses e dois a dissertações, o que indica que a temática tem sido desenvolvida com maior densidade teórica e maturidade acadêmica. Esse dado sugere que os arquivos comunitários,



embora ainda sejam um tema emergente, vêm se consolidando como objeto de investigação mais aprofundada.

Quadro 1 – Relação de título, autoria, tipo, ano, orientação, Programa de Pós-Graduação e Instituição de trabalhos monográficos da BDTD

Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)			
Título/autoria	Tipo	Ano	Orientação/Programa/Instituição
Insurgências arquivísticas em busca da diversidade. Autor: Rodrigo Fortes de Ávila	Tese	2020	• Orientadora: Maria Teresa Navarro de Britto Matos; • Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação; • Universidade Federal da Bahia (UFBA).
Os arquivos comunitários na pesquisa e educação arquivística: uma análise a partir da <i>Archival Education Research Initiative</i> . Autora: Maíra Fernandes Alencar	Tese	2022	• Orientadora: Brígida Maria Nogueira Cervantes; • Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação; • Universidade Estadual de Londrina.
Arquivos comunitários, memória e favela: proposta de guia de acervo para o arquivo Dona Orozina Vieira do Museu da Maré Autora: Thamires Ribeiro de Oliveira	Dissertação	2023	• Orientadora: Ana Luce Girão Soares de Lima; • Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz; • Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).
Entre o ser moderno e o dever contemporâneo : implicações das dimensões espaço e tempo na (re)configuração teórica e metodológica da Arquivologia Autor: Cássio Murilo Alves Costa Filho	Tese	2024	• Orientador: Renato Tarcísio Barbosa de Sousa; • Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação; • Universidade de Brasília (UnB).
Convite à (des)construção: arquivos comunitários e seus diálogos com dinâmicas documentais quilombolas.	Tese	2025	• Orientadora: Luciane Paula Vital; • Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação;



Autor: Jefferson Higino da Silva			• Universidade Federal de Santa Catarina.
Arquivos do terceiro setor como estratégia de ação pública: o acervo da Sociedade União da Vila dos Eucaliptos na preservação da memória e enfrentamento de problemas em territórios periféricos. Autor: Mario Renato Lima Marques	Dissertação	2025	• Orientadora: Evelin Melo Mintegui; • Programa de PósGraduação em Ciência da Informação; • Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Fonte: elaborado pelas autoras (2026).

No que diz respeito aos programas de pós-graduação, há concentração na área de Ciência da Informação, responsável por cinco das seis pesquisas analisadas, enquanto apenas uma se vincula a um programa interdisciplinar voltado à preservação do patrimônio cultural. Esse dado evidencia que o debate sobre arquivos comunitários tem sido absorvido pela Ciência da Informação, especialmente na interface com a Arquivologia.

Com relação aos locais das pesquisas, observamos que elas foram realizadas junto a programas de pós-graduação localizados em Florianópolis (SC), Londrina (PR), Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Brasília (DF) e Salvador (BA).

Geograficamente, a produção apresenta uma distribuição relativamente equilibrada entre as diferentes regiões do Brasil, com destaque para a região Sul, que concentra duas pesquisas, enquanto as regiões Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste apresentam uma pesquisa cada. Essa dispersão indica que o tema não está restrito a uma única região, mas vem se difundindo em âmbito nacional.

Um aspecto relevante da análise é a ausência de repetição de autores e de orientadores, uma diversidade que sugere a formação de múltiplos núcleos de pesquisa e contribui para a pluralização do debate em torno dos arquivos comunitários.

O universo levantado revela pesquisas alinhadas às transformações contemporâneas da Arquivologia, especialmente no que se refere às perspectivas críticas e decoloniais. Assim como observado nos artigos analisados anteriormente, percebemos um deslocamento da área da tradição técnico-administrativa para abordagens voltadas à memória, constituída a partir da participação



social, da justiça social e do arquivo como elemento de constituição da identidade de comunidades historicamente marginalizadas.

Ao observarmos os trabalhos em ordem cronológica de defesa, a tese “Insurgências arquivísticas em busca da diversidade” constitui o primeiro trabalho monográfico defendido, em 2020. De caráter teórico, o estudo aborda as implicações da colonialidade na composição da memória coletiva e apresenta o que defende como movimentos teóricos insurgentes. O autor afirma que, apesar da supressão moderna/colonial, o campo se constitui como dinâmico, com potencial para alcançar uma agenda mais ampla e diversa, alicerçada nos arquivos comunitários.

Já a tese intitulada “Os arquivos comunitários na pesquisa e educação arquivística: uma análise a partir da *Archival Education Research Initiative*” trata das contribuições da comunidade discursiva *Archival Education Research Initiative* para a pesquisa e a educação arquivística, compreendendo-a como grupo pioneiro nos estudos sobre arquivos comunitários.

A dissertação “Arquivos comunitários, memória e favela: proposta de guia de acervo para o arquivo Dona Orozina Vieira do Museu da Maré” construiu o instrumento de pesquisa do Arquivo Dona Orozina Vieira (ADOV), pertencente ao Museu da Maré. Apesar de tratar-se de um arquivo pessoal, o acervo integra o arquivo comunitário da Maré, localizado na cidade do Rio de Janeiro (RJ). A proposta buscou ampliar o potencial dos documentos do ADOV como fonte para a produção e a socialização de conhecimentos sobre a história do museu e da referida comunidade.

A tese “Entre o ser moderno e o devir contemporâneo: implicações das dimensões espaço e tempo na (re)configuração teórica e metodológica da Arquivologia” trata da influência do discurso da modernidade, especialmente no que concerne às concepções de tempo e de espaço, no campo da Arquivologia. O autor conclui que princípios e perspectivas técnicas, teóricas e epistemológicas são frutos dessas implicações, apontando novos fundamentos teóricos que reconfiguram o campo, como o multiverso arquivístico, o *records continuum*, a ressignificação dos conceitos de documento e arquivo, as discussões sobre arquivos comunitários, as percepções sobre proveniência, autonomia arquivística, arquivos participativos e novas formas de descrição multidimensional.

A tese “Convite à (des)construção: arquivos comunitários e seus diálogos com dinâmicas documentais quilombolas” aborda as dinâmicas documentais de comunidades quilombolas brasileiras a partir das discussões em torno de arquivos comunitários. Considerando que os registros



O termo “Arquivos Comunitários” aparece como o elemento de maior destaque visual da nuvem, indicando sua recorrência predominante nas pesquisas analisadas. Isso demonstra que o conceito constitui o núcleo organizador do *corpus*, atuando como categoria central. Outro destaque expressivo é “Multiverso Arquivístico”, que sugere uma crítica à universalização de modelos arquivísticos tradicionais e valoriza múltiplas formas de produção, organização e preservação da memória. Da mesma forma, destaca-se “Pluralismo Arquivístico”, reforçando o deslocamento epistemológico presente nas pesquisas em direção à valorização da diversidade documental, cultural e comunitária. Associados a esse termo, surgem “Pluralidade”, “Modernidade/Colonialidade”, “Arquivística Decolonial” e “Insurgências”, o que indica a influência de perspectivas críticas e decoloniais na construção teórica dos estudos.

A presença das palavras “Arquivologia” e “Arquivística” demonstra que, embora os trabalhos dialoguem com questões sociais, culturais e políticas, permanecem vinculados ao campo disciplinar arquivístico. Entretanto, os qualificadores associados a esses termos revelam transformações no modo de compreender a área. Expressões como “Arquivologia Contemporânea”, “Arquivologia Moderna”, “Estudos Arquivísticos Críticos”, “*Records Continuum*”, “Autonomia Arquivística” e “Descrição Multidimensional” apontam para um debate sobre os fundamentos e os limites da Arquivologia tradicional.

Observamos também a presença de termos ligados às dimensões metodológica e investigativa, como “Pesquisa Arquivística”, “Educação Arquivística”, “*Archival Education Research Initiative*”, “Análise de Domínio” e “Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Arquivologia”. Esses elementos indicam preocupação com a formação profissional, a produção científica e os modos de construção do conhecimento no campo.

A nuvem de *tags* também evidencia um vínculo entre arquivos comunitários e grupos historicamente marginalizados. Termos como “Comunidades Quilombolas”, “Comunidades Periféricas”, “Terceiro Setor” e “Arquivos de ONGs” mostram que os arquivos comunitários associam-se a práticas sociais de resistência, de pertencimento e de reivindicação identitária. Entre esses, destacamos o “Arquivo Dona Orozina Vieira (ADOV)”, que se apresenta como referência empírica vinculada às experiências de memória comunitária no Museu da Maré.



Outro aspecto observado é a articulação com a Ciência da Informação, uma vez que a maioria dos trabalhos foi defendida em Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação, conforme indicado no Quadro 1. Isso demonstra que os estudos ultrapassam os limites estritamente técnicos da Arquivologia e dialogam com debates políticos e informacionais mais amplos, evidenciados pela presença de expressões como “Políticas Públicas” e “Problemas Públicos”. Além disso, termos como “Compreensão Espaço-Temporal” e “Descrição Multidimensional” indicam uma preocupação em compreender os documentos e arquivos para além de sua materialidade, considerando dimensões contextuais, territoriais, temporais e relacionais.

4.4 Pesquisas Arquivísticas Brasileiras (PAB)

A análise dos dados provenientes da base PAB revela um conjunto de oito projetos de pesquisa, dos quais cinco estão alinhados ao escopo temático dos arquivos comunitários, enquanto três não se enquadram nessa temática.

No que se refere à coordenação das pesquisas levantadas na PAB, observamos uma concentração de projetos sob a liderança das pesquisadoras Ana Cláudia Cruz Córdula, responsável por dois projetos, enquanto Carla Maria de Almeida, Eliete Correia dos Santos e Bianca Therezinha Carvalho Panisset, coordenam ou coordenaram um projeto cada.

Além disso, verificamos a recorrência de colaboradores em diferentes projetos, como Jefferson Higino da Silva, Carla Maria de Almeida, Ana Cláudia Cruz Córdula, Gracy Kelly Martins Gonçalves, Gabriel Andrade Magalhães do Vabo, Kissila Rangel, Wiliana De Araújo Borges, Lídia Santos do Nascimento Gomes e Wislayne de Kássia Lopes de Albuquerque. Tal dinâmica, revela a existência de uma rede colaborativa, marcada pela articulação entre projetos e pela formação de novos pesquisadores, contribuindo para o fortalecimento e a expansão do campo investigativo.

No que se refere às instituições e à localização dos projetos analisados, ocorre uma concentração geográfica da produção científica. A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) destaca-se como a principal instituição responsável pelo desenvolvimento das pesquisas, reunindo três projetos. Em seguida, aparecem a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e a Fundação Casa de Rui Barbosa, cada uma com um projeto. A maioria dos projetos estão situados em João Pessoa (PB),



evidenciando, a partir do universo levantado na base, uma centralização espacial que nos permite inferir que o campo dos arquivos comunitários, nesse recorte, apresenta uma concentração regional no Nordeste brasileiro, especialmente no estado da Paraíba. Sendo desenvolvido também um projeto na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

No que se refere à distribuição temporal dos projetos, observamos que, as pesquisas foram realizadas e propostas entre os anos de 2022 e 2025, sendo que duas delas estão em andamento, com previsão de conclusão para o ano de 2026. Esse panorama revela que o tema dos arquivos comunitários, constitui um campo recente, que passa a ganhar maior fôlego e sobretudo a partir dos anos de 2023 e 2024.

No que se refere às temáticas identificadas, os projetos inseridos no escopo concentram abordagens como arquivos comunitários, memória social associada a comunidades tradicionais, perspectiva decolonial, justiça social e epistemologias do Sul, além da representação de memórias marginalizadas e da educação em arquivos. Essas temáticas evidenciam uma ampliação do olhar arquivístico para dimensões sociais, culturais e políticas, com ênfase na valorização de sujeitos e saberes historicamente invisibilizados.

Nessa seção, optamos por não trabalhar a categorização, mas, sim, apresentar uma síntese de cada projeto de pesquisa levantado na PAB, como veremos a seguir.

O projeto de iniciação científica “Observatório de arquivos comunitários: em busca de especificidades” foi desenvolvido entre 2023 e 2024 na Universidade Federal da Paraíba, sob vínculo com o Grupo de Estudos em Arquivo: Memória, Responsabilidade e Justiça Social (GEPAMER). Coordenado pela professora Ana Cláudia Cruz Córdula, junto ao Departamento de Ciência da Informação, contou com os professores doutores Carla Maria de Almeida, Jefferson Higino da Silva e Gracy Kelly Martins Gonçalves e, como bolsista, a discente do curso de graduação em Arquivologia, Gabriela Borba de Araújo. O referido projeto teve como objetivo geral contribuir para o aprofundamento do entendimento sobre os arquivos comunitários e, como objetivos específicos, analisar pesquisas sobre arquivos comunitários publicadas em periódicos internacionais, como *The American*, *American Science* e *Archivaria*, visando ampliar a compreensão teórica e prática em torno do tema, bem como refletir sobre a relação entre os arquivos comunitários, a memória e a justiça social.



O segundo projeto levantado na PAB foi “Metodologia decoloniais em programas educativos de Arquivos: práticas inclusivas e críticas às narrativas históricas”, desenvolvido entre 2023 e 2024, na Universidade Estadual da Paraíba, sob a coordenação da professora Eliete Correia dos Santos, com a colaboração de Wiliana de Araújo Borges, Lídia Santos do Nascimento Gomes e, como bolsista, Ana Beatriz Ramos de Oliveira. A pesquisa tratou da relação entre Arquivologia e Educação, com foco na incorporação de perspectivas decoloniais em programas educativos desenvolvidos por arquivos. O estudo partiu do interesse em compreender como os arquivos podem adotar práticas educativas que valorizem vozes historicamente marginalizadas e questionem narrativas tradicionais.

O projeto intitulado “Arquivos de comunidade e instituições públicas de custódia: por uma construção de metodologias de aquisição e difusão preconizando a participação popular” vem sendo desenvolvido na Fundação Casa de Rui Barbosa desde 2023, sob a coordenação de Bianca Therezinha Carvalho Panisset e com a colaboração de Kíssila da Silva Rangel e Gabriel Andrade Magalhães do Vabo. A referida pesquisa busca compreender qual seria o papel das instituições públicas de custódia de acervos arquivísticos junto a essas comunidades e desenvolver diretrizes para aquisição, processamento técnico e difusão, tendo como premissa que as fronteiras institucionais de guarda, preservação e acesso precisam ser revisitadas.

O projeto de pesquisa “Arquivos Comunitários na Perspectiva Sul (2024-2025)”, vinculado ao Grupo de Estudos em Arquivo: Memória, Responsabilidade e Justiça Social (GEPAMER/UFPB), foi desenvolvido na Universidade Federal da Paraíba, entre 2024 e 2025, coordenado pela professora Ana Cláudia Cruz Córdula, e teve como integrantes os professores Carla Maria de Almeida e Jefferson Higino da Silva, além da bolsista Gabriela Borba de Araújo. O referido projeto teve como objetivo realizar uma revisão de escopo dos arquivos comunitários na produção científica em países da América do Sul.

E, por fim, o último projeto recuperado na PAB, que tem como título “Arquivos e Memórias à margem: memórias representadas de comunidade tradicionais na cidade de João Pessoa (PB)”, está sendo desenvolvido junto ao Departamento de Ciência da Informação na Universidade Federal da Paraíba, sob a coordenação da professora Carla Maria de Almeida, tendo como colaboradoras a professora Ana Cláudia Cruz Córdula e a arquivista Wislayne Kássia Lopes de Albuquerque, além do



estudante do curso de graduação em Arquivologia, Danilo Cavalcanti. O projeto também está vinculado ao GEPAMER. A pesquisa trata das memórias registradas em documentos sobre comunidades tradicionais de João Pessoa (PB), como as comunidades indígenas, quilombolas, de terreiro, ribeirinhas, extrativistas e pescadores artesanais. O estudo busca compreender como as memórias desses grupos, historicamente marcados pela transmissão oral de saberes ancestrais, aparecem preservadas e representadas em seus arquivos. O estudo pretende contribuir para os debates críticos na Arquivologia, especialmente sobre memórias marginalizadas, ao mesmo tempo em que fortalece a visibilidade e o reconhecimento sociocultural de grupos tradicionais, valorizando suas narrativas históricas e identidades coletivas.

No contexto dos projetos levantados na PAB, observamos diversidade nas pesquisas, desenvolvidas tanto do ponto de vista teórico, quanto a partir de observações *in loco*. Foram identificados projetos voltados a programas educativos em arquivos, à aquisição e difusão de arquivos comunitários custodiados em instituições públicas, além de pesquisas que tratam dos arquivos produzidos por diferentes comunidades e de dois projetos voltados à revisão de escopo na literatura. Vale destacar que tais aspectos foram identificados com base nos dados disponíveis na PAB no momento da coleta. Considerando que a base é continuamente alimentada e atualizada, é possível que existam projetos ainda não cadastrados e/ou disponibilizados.

Tal condição não compromete os resultados da pesquisa, uma vez que o objetivo não consiste em afirmar a exaustividade do fenômeno investigado, mas em analisar criticamente o conjunto de informações sistematizadas e disponibilizadas pela base, entendida como uma representação do campo dos arquivos comunitários. Assim, os achados devem ser compreendidos à luz do *corpus* documental efetivamente constituído, que permite identificar perspectivas e dinâmicas relevantes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aplicado aos arquivos, o conceito de colonialidade evidencia como as instituições arquivísticas tradicionais contribuem para a exclusão e o silenciamento de grupos marginalizados, pois não os representam. Os arquivos comunitários surgem, assim, como formas de resistência ao



possibilitar que grupos marginalizados produzam, preservem e gerenciem suas próprias narrativas por meio de documentos.

Nesse contexto, esses arquivos atuam não apenas como repositórios de memória, mas também como espaços de ação política e de resistência, uma vez que fortalecem as identidades por meio da preservação daquilo que a comunidade considera referência de memória, o que se alinha ao empoderamento de se sentir representada.

O presente trabalho evidenciou, por meio de uma revisão de escopo, as produções científicas sobre arquivos comunitários nas principais bases de dados das áreas da Ciência da Informação e da Arquivologia. Os resultados obtidos nas diferentes bases de dados analisadas demonstram que os arquivos comunitários constituem um campo emergente. Apesar de a produção ainda ser quantitativamente reduzida, observamos um crescimento das pesquisas a partir de 2022, o que revela um movimento recente de fortalecimento teórico, metodológico e político da temática.

Em todas as bases, percebemos a predominância de abordagens alinhadas às perspectivas críticas e decoloniais, evidenciando uma transformação epistemológica no campo da Arquivologia, que passa a deslocar seu foco dos arquivos institucionais e estatais para as experiências comunitárias, periféricas e historicamente marginalizadas.

As pesquisas analisadas revelam tanto um amadurecimento teórico progressivo do tema quanto o desenvolvimento de investigações empíricas realizadas junto a comunidades, movimentos sociais, territórios periféricos, comunidades quilombolas e instituições comunitárias. O tema também vem sendo incorporado a debates contemporâneos relacionados às tecnologias digitais, à curadoria algorítmica e à preservação digital, ampliando as possibilidades de compreensão dos arquivos comunitários diante dos desafios do século XXI.

Assim, os dados analisados permitem concluir que os arquivos comunitários vêm assumindo um papel importante nos debates arquivísticos contemporâneos, contribuindo para a construção de uma Arquivologia mais plural, participativa, crítica e comprometida com a democratização da memória e da informação.

De modo geral, observamos que as discussões em torno dos arquivos comunitários se concentram na reflexão dialógica sobre as ideias de memória e justiça social, especialmente no que o campo reconhece como documentos de valor secundário. Em contrapartida, percebe-se menor



incidência de pesquisas direcionadas às práticas arquivísticas desenvolvidas pelas próprias comunidades, como organização, gestão, representação, preservação, difusão e acesso aos documentos.

Apesar dos indícios de ampliação das discussões, o tema ainda vem sendo incorporado de forma recente pela Arquivologia. Ao observarmos áreas próximas, como a Biblioteconomia e a Museologia, nas quais a memória das comunidades já orienta debates e práticas há décadas, por meio, por exemplo, das bibliotecas comunitárias e dos inventários participativos, torna-se possível compreender como a Arquivologia se constituiu e ainda se desenvolve a partir de fundamentos de uma arquivística tradicionalista.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, M. F. **Os arquivos comunitários na pesquisa e educação arquivística**: uma análise a partir da Archival Education Research Initiative (AERI). 2022. 242 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) — Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Brasil. Disponível em: <https://repositorio.uel.br/handle/123456789/18367>. Acesso em: 11 maio 2026.
- ANDAUR GOMÉZ, G. Archivos comunitarios en Santiago de Chile: características generales y reflexiones sobre su estudio. *In*: ANDRADE, A. C. N. (org.). **Arquivos, entre tradição e modernidade**: volume 1: conferências e trabalhos premiados com menção honrosa apresentados no XI Congresso de Arquivologia do Mercosul. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: ARQ-SP, 2017. p. 222-239. Disponível em: https://arqsp.org.br/wp-content/uploads/2018/03/ANDAUR_GOMEZ_Gabriela_XI-CAM-Archivo-Comun.pdf. Acesso em: 11 maio 2026.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- CASWELL, M. Affective bonds: what community archives can teach mainstream institutions. *In*: BASTIAN, J. A.; FLINN, A. (ed.). **Community archives, community spaces**: heritage, memory and identity. London: Facet Publishing, 2017. p. 21-40.
- CASWELL, M. Toward a Survivor-Centered Approach to Records Documenting Human Rights Abuse: Lessons from Community Archives. **Archival Science**, [s. l.], v. 14, n. 3-4, p. 307–322, 2014.
- FLINN, A. Community Histories, Community Archives: Some Opportunities and Challenges. **Journal of the Society of Archivists**, [s. l.], v. 28, n. 2, p. 151-176, 2007. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00379810701611936>. Acesso em: 20 jun. 2026.
- GILLILAND, A.; FLINN, A. Community archives: what are we really talking about? *In*: CIRN PRATO COMMUNITY INFORMATICS CONFERENCE, 2013, Prato. **Proceedings** [...]. Prato: Centre for Community Networking Research, Centre for Social Informatics, Monash University, 2013. p. 1-23. Disponível em: https://www.monash.edu/__data/assets/pdf_file/0007/920626/gilliland_flinn_keynote.pdf. Acesso em: 21 jun. 2026.



LUGONES, M. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, H. B. de. **Pensamento feminista hoje:** perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-83.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo decolonial. In: HOLLANDA, H. B. de. **Pensamento feminista:** conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 357-378.

MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Tradução: Ângela Lopes Norte. **Cadernos de Letras da UFF**, Juiz de Fora, n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: https://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf. Acesso em: 19 jun. 2026.

MIGNOLO, W. D. **Histórias locais/Projetos globais:** colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Tradução: Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

OLIVEIRA, T. R. de. **Arquivos comunitários, memória e favela:** proposta de guia de acervo para o arquivo Dona Orozina Vieira do Museu da Maré. 2023. 230 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde) — Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2023.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RANGEL, Kissila. Arquivos para quem?: a inclusão dos arquivos comunitários na regulamentação da Lei de Arquivos do Brasil. **Páginas a&b: arquivos e bibliotecas**, [Porto], n. 24, p. 87-99, 2025. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeab/article/view/15670>. Acesso em: 19 jun. 2026.

SILVA, J. H. da. **Convite à (des)construção:** arquivos comunitários e seus diálogos com dinâmicas documentais quilombolas. 2025. 122 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/266053>. Acesso em: 19 jun. 2026.

TENAGLIA, M. Arquivos comunitários: memórias, visibilidade e desafios. In: TOGNOLI, N. B.; SOUZA, J. C. C. E. de S.; OLIVEIRA, L. M. V. de; MATTOS, R. de (ed.). **O papel social da Ciência da Informação em novos contextos**. Niterói: IACS/UFF, 2023. p. 27-37.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro, por meio de bolsa de iniciação científica, concedida à estudante Gabriela Borba.

Agradecemos ao Grupo de Estudos em Arquivo: Memória, Responsabilidade e Justiça Social (GEPAMER) pelas contribuições acadêmicas, pelos diálogos construídos ao longo desta pesquisa e pelo fortalecimento das discussões em torno dos arquivos comunitários, memória social e justiça social.



LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **OFFICINA: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International.

